

SESSÕES DO PLENÁRIO

53ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 08 de junho de 2009.

PRESIDENTE: DEP. FERNANDO TORRES “2º VICE-PRESIDENTE”

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Arthur Maia, Capitão Tadeu, Clóvis Ferraz, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fernando Torres, Gaban, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, J. Carlos, Javier Alfaya, João Carlos Bacelar, Joécio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Misael Neto, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Pedro Alcântara, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sérgio Passos e Yulo Oiticica. (40)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Leitura do expediente.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Eliana Boaventura, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 05 e 13/05/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Rogério Andrade, comunicando sua ausência na sessão do dia 20/05/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Emério Resedá, comunicando sua ausência na sessão do dia 25/05/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Leur Lomanto Júnior, comunicando sua ausência nas sessões

dos dias 20 e 25/05/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Gaban, pelo tempo de 05 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, mais uma vez o governo do Estado através do Sr Secretário Carlos Martins tenta fugir das suas responsabilidades. Esse é um ato no mínimo covarde, um ato desrespeitoso ao Poder Legislativo, e ao que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Claro, passados 30 dias do encerramento de cada quadrimestre, é obrigação do secretário da Fazenda comparecerem aos Poderes Legislativos do nosso País para fazer o balanço e a prestação de contas desse quadrimestre. O secretário Carlos Martins já começa a desrespeitar esta Casa e a Lei de Responsabilidade Fiscal quando publica no último dia de maio o balanço do quadrimestre, naturalmente já não poderia cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal que é fazer a exposição de contas nesta Casa.

Agora, numa manobra desesperada - até porque quando ele veio aqui apresentar o balanço do último quadrimestre de 2008, apresentou uma série de irregularidades e que ainda continuam na administração pública do Estado da Bahia, que se dizia transparente -, da mesma forma regularmente cancelou empenhos, e digo mais, já tenho os dados necessários para aqui afirmar que o abuso, e o crime cometido é muito maior do que imaginávamos. Se era e é crime cancelar empenhos já liquidados, o crime ficou muito maior porque ao invés de cancelar os empenhos já liquidados, como disse na imprensa dia 30 e 31 de dezembro, esses empenhos foram liquidados dia 20 de janeiro. Essa é a data correta de cancelamento de empenhos.

Sabe por que, deputado Heraldo Rocha, querida deputada Maria Luiza e deputada Eliana? Porque ele descobriu que o descontrole que tem com a má gestão generalizada dentro das secretarias tinha sido causado pelos empenhos no valor superior ao autorizado pela LDO e o PPA. Não restava mais alternativa publicado o balanço do dia 20, teve que fazer espuriamente e mais qualquer movimentação no Sicof tem o código de quem faz a movimentação.

O cancelamento de mais de 250 milhões de empenhos, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, nesse caso específico da Bahia não tem a identificação de quem fez, mas isso não importa porque temos uma carta endereçada pelo secretário da Fazenda de quando solicitamos que viesse o Sr. Abelardo para prestar esclarecimentos, e ele disse que a responsabilidade de qualquer ato lá é dele, secretário da Fazenda. Então, se omitiu no Sicof quem foi que deu a ordem para cancelar 250 milhões, a responsabilidade criminal passa a ser única e exclusivamente do secretário Carlos Martins.

E agora, essa tentativa desesperada de tentar arrumar as contas de 2008, se complicou mais, tentando arrumar aqueles 450 milhões que ainda não passou pela minha goela, não passou pela inteligência de uma pessoa que conhece um pouco de orçamento, que conhece um pouco de finanças, ele deixou de lançar os 450 milhões, 360 milhões de folha de pagamento, 90 milhões de encargo porque senão iria extrapolar o limite de gasto com funcionalismo.

Não adianta uma tentativa, até porque audiência pública, caro Presidente, não precisa de quórum. Temos que lamentar, sim, a ausência do grande colega, grande companheiro, grande presidente Luiz Augusto, que lamentavelmente não pode estar aqui amanhã, mas não tem necessidade de estar, porque audiência pública não exige quórum, pode funcionar com um parlamentar presente, qualquer que seja ele, mas nós todos estaremos presentes com os questionamentos, para ver como o secretário Carlos Martins mandou pagar, já tenho dados que comprovam, a empresa Júlio Simões e depois mandou uma correspondência para a secretaria de Segurança Pública regularizar o pagamento de uma empresa que está sob investigação, segundo o próprio governo, que deu propina, que superfaturou os preços, e teve gente presa por conta dessa operação (...)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Concluindo, Sr. Presidente.

(...) e o secretário da Fazenda manda pagar 1 milhão e 600 para uma empresa que está sob suspeita.

Não paga aos empresários que realizaram as obras em 2008, mas paga a uma empresa que superfaturou. Aí a pergunta, por isso que estou ansioso para chegar o dia de amanhã, para perguntar ao secretário qual o interesse em pagar 1 milhão e 600 diretamente pela Secretaria da Fazenda e depois mandar uma correspondência dizendo para a secretaria de Segurança Pública, mais particularmente para o Comando da Polícia Militar dizendo: - regularize porque eu já paguei.

Isso é um crime! Se esta Casa fosse séria e tivesse responsabilidade, independente de posições políticas, mais responsabilidade com seu mandato, Sr. Presidente, teria que fazer uma CPI para colocar na cadeia quem pagou para que empresas estão sendo investigados crimes que levou à prisão alguns membros do governo do Estado da Bahia.

Mas amanhã nós vamos ter, repito, - não tem necessidade nem de quorum, porque é uma audiência pública, - então, está confirmada a presença do secretário, mesmo tardiamente, porque já deixou de responder nos prazos determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e vamos notificar à Secretaria do Tesouro Nacional mais essa incorreção, mais essa arbitrariedade contra o Poder Legislativo e contra as leis vigentes no país, pois não pode apenas vigorar para os prefeitos, se vale para os prefeitos tem que valer também para o governo do Estado da Bahia.

(Revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra, pelo tempo de 05 minutos, o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde sexta-feira que estamos perplexos com mais uma atitude deste governo incompetente.

Sr. Presidente, o artigo 9º, parágrafo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal diz o seguinte: “até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre em audiência pública na Comissão referida.”

Essa não é, deputado José Nunes, uma decisão da Bancada de Oposição, é o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. E se eles não cumprirem, não é benesse. Como disse o Exmº Sr. Líder do Governo: o secretário da Fazenda tem uma reunião, uma pérola da política baiana, e não pode comparecer. Nós estaremos, amanhã, aguardando o Exmº Sr. Secretário.

Tenho sido questionado por alguns companheiros da Imprensa. Por que o secretário não vem? Medo! Medo! Medo! Mas vamos parar por aí, vamos recorrer ao Ministério Público e, como disse o deputado Gaban, à Fazenda Nacional, porque as avaliações do Exmº Sr. Conselheiro são avaliações técnicas, não políticas; isso pode gerar, Srª Presidente, um sério precedente para as prefeituras municipais, ou seja, a prefeitura que maquiar balanço não vai ter contas reprovadas, a prefeitura que cancelar empenhos liquidados não vai ter contas reprovadas.

A nossa assessoria está levantando, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios, todas as prefeituras que tiveram contas reprovadas com esses dados apresentados pelo governo do Estado. Não poderão. Não posso também afirmar aqui e agora qual é a decisão do colegiado. Ora, nós temos que respeitar os conselheiros. O Presidente do Tribunal de Contas do Estado disse que o ato não é político. Eu não posso fazer nenhuma premonição de que o Tribunal de Contas vai reprovar ou aprovar as contas. Seria, de minha parte, uma ignomínia.

Os dados são irrefutáveis. Isso vai ser tema de palestras nas Faculdades de Economia, de Administração, de Direito. O relatório está no site da Liderança. Estamos enviando os comentários feitos pela nossa assessoria sobre esse ato.

Qual a penalidade para o secretário, se não comparecer amanhã? Antes de ser uma penalidade jurídica é questão de ética, de respeito a esta Casa, não de desrespeito à Bancada de Oposição, mas de desrespeito aos 63 deputados. Esse governo é craque em cooptar parlamentares; é craque, só não sabe gerir as coisas do Estado.

A análise do 1º quadrimestre já está nas mãos dos deputados de Oposição, para que eles possam estudar e analisar como vamos enfrentar esse incompetente guardalivros da Fazenda do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador.)

A Srª PRESIDENTE (Maria Luiza):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Fernando Torres.

O Sr. FERNANDO TORRES:- Srª. Presidenta, deputada Maria Luiza,

primeira- dama do município, e talvez a futura primeira-dama da Bahia, Srs. Deputados, deputada Eliana Boaventura, deputado Eliedson Ferreira, que aqui representa muito bem Feira de Santana, irei falar, deputada, da violência em Feira de Santana, violência esta que vem assustando a cidade, violência nunca vista no passado, violência esta que matou. Quarta-feira morreram pessoas no município. Quinta-feira, 3. Sexta-feira morreu uma. Oito pessoas num período de 3 dias.

Nós deputados ficamos sem nada a fazer, só cobrando, deputado Eliedson. E já cobramos a Polícia Militar, que faz o que pode dentro dos seus limites, com seu orçamento reduzido do governo do Estado. Cobramos também da Polícia Civil, que neste momento está em greve. Uma paralisação muito sábia e justa, durante 3 dias, mas deixando 30% do seu efetivo trabalhando.

Cobramos de delegados de polícia, da Polícia Federal, deputado Heraldo Rocha, para irem a Feira de Santana. E nada acontece lá com relação à segurança pública. Agora acho que chegou ao máximo a desordem da segurança pública, deputado Paulo Câmara. Pode rir, porque é grave. Em Feira de Santana, hoje, mata-se cidadão de bem.

Na semana retrasada, morreu o comerciante de autopeças Badiú, que toda cidade conhece e gostava. Ele era funcionário público. Nesta semana, morreu um comerciante do Feiragui. Ontem, o gerente de uma loja conceituada, em Feira, a Mersan Calçados, um homem de bem. Morreu também o gerente dum posto de combustíveis, um evangélico, o pastor da igreja. Estava sacando o dinheiro no caixa e morreu na porta do banco.

Acho que chegou o momento de chamarmos a Feira de Santana o Exército para ir às ruas ou a segurança nacional para fazer a segurança lá e na Bahia. Estou falando de Feira porque sou um representante e vejo a violência mais de perto, presidente em exercício, deputado Rogério Andrade.

Em Feira de Santana está uma guerra, presidente, uma guerra! Oito pessoas em 3 dias. É o momento se chamar a segurança nacional para lá. A Polícia Militar faz o que pode com um efetivo de 28 mil policiais. O próprio comandante da polícia de Feira me disse que o efetivo seria de 50 mil e só tem 28 mil. Então são 22 mil policiais a menos. Portanto, a PM faz o que pode. A Polícia Civil, da mesma forma. Os delegados de polícia também.

Então é a hora. Nós deputados de Feira temos que agir, deputada Eliana. V.Ex^a, uma deputada governista, deputado Eliedson, um parlamentar atuante, temos que agir, porque vai chegar a hora em que isso vai atingir nossos filhos. Nossos amigos já foram atingidos. Já tive amigo que morreu devido à violência em Feira de Santana. Vai chegar o momento do fim da cidade com relação à segurança pública.

Esta semana, deputada Maria Luiza, foi um absurdo lá. Morreu o gerente do Posto São Gonçalo, que é pastor evangélico, morreu o gerente de uma loja, a Mersan Calçados, morreu o comerciante Badiú, um homem de bem que a senhora deve conhecer muito bem, pois seu pai também é do ramo de autopeças na cidade.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

O Sr. FERNANDO TORRES:- Para concluir, Sr. Presidente.

Morreu Badiú, estão morrendo as pessoas de Feira em razão da violência. E a polícia nada faz, porque também não pode.

Neste meu discurso, deputado Heraldo Rocha, não culpo a polícia em momento algum, mas culpo quem a governa. Acho que o momento agora é de chamar o Exército às ruas de Feira ou a segurança nacional do presidente Lula. Tem que acontecer alguma coisa.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

O Sr. FERNANDO TORRES:- Para concluir, Sr. Presidente. Deputada Maria Luiza, V.Ex^a também é uma deputada de Feira de Santana, temos que nos unir para cobrar o Exército ou a Força Nacional em Feira de Santana, porque já está um caos a segurança pública. Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo cedido.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra a deputada Maria Luiza pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARIA LUIZA:- Boa-tarde, Sr. Presidente, boa-tarde, deputados e deputadas, funcionários, imprensa presente, ouvintes da *TV Assembleia*, (lê) “No jornal *O Globo* do dia 5 último, Olavo de Carvalho disse:

‘Não há mentira completa. Até o mais ingênuo e instintivo dos mentirosos, ao compor suas invencionices, usa retalhos da realidade. O fingidor tarimbado, técnico, profissional, militantes a serviço de causas idealistas, legitimam a mentira como instrumento normal e meritório de luta política.

Na maior parte dos casos, os elementos de comparação que permitiriam restituir aos fatos sua verdadeira medida são totalmente suprimidos, tornando impossível o exercício do juízo crítico e limitando a reação do leitor, na melhor das hipóteses, a uma dúvida genérica e abstrata, que, como todas as dúvidas, não destrói a mentira de todo, mas deixa uma porta aberta, para que ela passe como verdade... Mesmo quando não são totalmente ignorados, os fatos principais recuam para um fundo mais ou menos inconsciente, tornando-se nebulosos e irrelevantes em comparação com as picuinhas às quais se deseja dar ares de tragédia.

Por isso, saiba o prezado leitor, que só leio a 'grande mídia' por obrigação profissional de analisá-la, como se analisam fezes num laboratório, e que jamais o faria se estivesse em busca de informação'.

Olavo de Carvalho é escritor, foi membro do Partido Comunista durante a ditadura. Carvalho denuncia o que considera serem, conforme o caso, aparelhamento e patrulhamento ideológico, imposturas acadêmicas e falácias intelectuais, como aqueles que levam em consideração exclusivo as massas, o materialismo e o culto ao Estado em detrimento do indivíduo e da liberdade de consciência.

Nas notícias sobre corrupção no metrô de Salvador, no último domingo, é evidente que prevaleceu o poder individual, em detrimento do poder coletivo na produção jornalística, comprometendo a imagem pessoal daquele que se desejava atingir, o prefeito João Henrique.

Não estou aqui fazendo uma apologia, e sim a defesa frente a uma acusação ou

indução de responsabilidade por fatos ocorridos em 1999, ou seja, a gestão referida nas acusações nem sequer foi ouvida ou mencionada. Para que todos recordem, o prefeito na época era o Sr. Imbassahy, que nem sequer foi citado. Repito, em 1999, o prefeito era Sr. Imbassahy, estou apenas lendo a história, sem pretensão ou intenção de fazer juízo de valor.

Mas o que estaria por trás disso? Interesses políticos do governo amigo, sim, porque sabemos que o Estado, a ideologia e a política fazem parte da superestrutura de intervenção, quer refletindo a verdade ou atingindo a imagem pessoal de outrem”.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Srs. Deputados, há uma oradora na tribuna. Gostaria de pedir silêncio aos Srs. Deputados, pois há uma oradora na tribuna.

A Sr^a MARIA LUIZA:- (Lê) “Lastimável, porque o que deveria gerar informação e sugerir respostas aos cidadãos serve a grupos e interesses pessoais.

Durante os últimos tempos, usam covardemente o nome do prefeito João Henrique, distorcem, insinuem e até inventam, inventam, inventam, faltam com a verdade, com assuntos intencionalmente maldosos.

Sobre o metrô, a lógica é a de que os culpados pelos atos ilícitos sejam claramente apontados e judicialmente responsabilizados. Contudo preferem sacrificar a atual geração e a atual gestão injustamente.

É lastimável, parar uma obra que só resta 3% para sua finalização, enquanto um processo poderia ser instalado para punir os culpados. Desejo tanto quanto qualquer cidadão, que os fatos sejam, sim, apurados!

Estou clamando por Justiça! Porque a cidade do Salvador possui um prefeito sério, honesto, humano e ético. Sei que responsabilidade e compromisso são suas qualidades pessoais e profissionais e garanto - que ele nada tem a temer.

Enquanto o secretário estadual ainda deseja ser o prefeito, o governo só pensa em política, os trens se corroem nos pátios, uma fortuna de quase meio bilhão, está sendo jogada ao vento, e na maresia das cabeças que até pouco tempo atrás, participavam, opinaram, decidiam e até traíam a cidade do Salvador.

Para finalizar, resta aos baianos sonharem, porque a Copa do Mundo, como certeza dificilmente acontecerá se permanecer este mesmo governo. A esperança está em 2010, é na mudança, que precisamos pensar desde já ou não haverá mais tempo para salvar o nosso Estado e a Copa do Mundo na Bahia.”

Muito obrigada pela atenção dos senhores. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao deputado José Nunes pelo tempo de até cinco minutos.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, assisti atentamente os pronunciamentos dos nobres deputados Fernando Torres e Heraldo Rocha. O deputado Fernando Torres se referiu à violência na cidade de Feira de Santana. E eu, em particular, tenho acompanhado, o nobre deputado, pela imprensa, e ficado estarecido com o que vem ocorrendo naquela grande cidade, a maior cidade

do interior do nosso Estado. É lamentável que lá estejam executando comerciantes, empresários, homens de bem e a polícia nada possa fazer.

Mas, concordo plenamente com V.Ex^a quando diz que a culpa não é da polícia. A culpa é da estrutura montada do Estado, em que boa parte dos policiais estão fazendo trabalhos burocráticos e poucos efetivamente, estão fazendo policiamento. De forma que é preciso mudar urgentemente esse modelo de administração porque, do contrário, a população do nosso Estado vai pagar com a própria vida e isso é muito ruim.

Vejo, que não é somente o município de Feira de Santana que passa por essa situação. Nunca esqueço, quando o jornal *A Tarde*, publicou que 482 pessoas foram assassinadas em 82 dias no nosso Estado. Foi a manchete do jornal *A Tarde*, há dois meses, e, desta tribuna, eu disse que 482 pessoas foram assassinadas em 82 dias, deputado Heraldo Rocha. É como se 10 ônibus lotados de pessoas fossem assassinadas. É muita gente! Isso nunca aconteceu em tempo algum em nosso Estado. É lamentável que tudo isto esteja acontecendo justamente no terceiro ano do governo do Sr. Jaques Wagner. Isso é uma falta de respeito ao cidadão, é uma falta de compromisso em administrar o nosso Estado.

Vejo também que não se morre somente em função da falta de policiamento, morre-se também muito, deputado Gildásio Penedo, nos hospitais, é a famosa “fila da morte” que ainda não acabou.

Recordo-me que, sexta-feira, houve um acidente em Euclides da Cunha, minha cidade, no qual uma das vítimas, com fratura exposta, saiu em uma ambulância para o Hospital Clériston Andrade, em Feira de Santana, nobre deputado Fernando Andrade. Lá chegando, os médicos disseram que não podiam atendê-lo, porque estavam em greve. E o paciente estava com fratura exposta!

Ora, onde está a responsabilidade? Até se criou em ambiente desconfortável, e tentei falar, por telefone, com a direção do hospital por várias vezes, mas ninguém atendia. E, realmente, foi criada uma situação em que o paciente quase vai a óbito. E, felizmente, depois de duas horas esperando na fila, os médicos resolveram atender o rapaz para salvá-lo.

Assim sendo, o Estado está realmente em situação de abandono. Fora a situação das contas que, conforme disse o nobre deputado Heraldo Rocha, se a moda pegar, vai ficar complicado. Vejam bem: anular empenhos pagos? Repito: anular empenhos pagos? Maquiar balanço? Quantas e quantas contas de municípios da Bahia já foram reprovadas por conta de maquiagem nos balanços, de empenho a *posteriori*, de cancelamento de empenhos pagos?

No entanto, hoje, no Estado da Bahia, se pode fazer isso. Bem, se essas contas forem efetivamente aprovadas – e a gente não pode dizer se serão ou não aprovadas, porque vai depender da corte do Tribunal de Contas do Estado –, abrir-se-á um precedente horrível e complicado,...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Para concluir, nobre presidente –, em que os prefeitos também não mais terão responsabilidade fazer a coisa certa, porque, se o Estado

pode, os 417 municípios de nosso estado também poderão usar a mesma prática, qual seja, a de maquiar balanço, cancelar empenhos e, ao final, ter as suas contas aprovadas. Então vai ficar muito bom para se administrar municípios, principalmente para aqueles que não têm responsabilidade com a coisa pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo de até cinco minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, o que pensar de um Estado cujo governador diz que erros contábeis ocorreram em sua prestação de contas? Repito, erros contábeis ocorreram em sua prestação de contas? Mas isso, por si só – deputado José Nunes, que é um empresário – não seria motivo para o conselheiro Pedro Lino opinar pela rejeição das contas dele, o governador.

O governador está incentivando, sem outras palavras, os empresários a fazerem maquiagem em seus balanços para poder burlar o Fisco. Para o governador da Bahia, isso é natural. Ele é um irresponsável – e não adianta fazer cara, feia, não, deputado Gilberto Brito! –, porque, se fosse um prefeito de Chorrochó, todo mundo iria achar isso um absurdo. Se fosse um vereador de Glória, todo mundo iria achar normal. Agora o governador dizer que maquiar balanço, repito, não é motivo para desaprovação de contas? O governador tem o papel de dar bons exemplos! Ele já não dá bons exemplos como administrador e, agora, do ponto de vista ético, ir aos jornais dizer que maquiar balanço não é motivo para desaprovação de contas, deputado Misael Neto?

Hoje, até o deputado Álvaro Gomes, engavetador-mor desta Casa, porque até agora não trouxe o parecer sobre as contas do governo relativas a 2007, quando fala sobre a violência, diz que um dos motivos dela é a falta de punição aos criminosos do colarinho branco. Está aí uma boa oportunidade, deputado Álvaro Gomes, de começarmos a mudar essa lógica na Bahia de que só pobres da periferia da cidade são punidos.

Houve crime do colarinho branco no governo Wagner! Um governo que se dizia transparente, ético, é o mesmo que faz, segundo auditoria do Tribunal de Contas do Estado, maquiagem de balanço, deputado Zé Neto.

Deputado Zé Nunes, eles sentiam gosto de sangue na boca quando falavam de um problema como o do banqueiro Daniel Dantas. E agora o governo deles faz coisas que nenhum Daniel Dantas teve coragem de fazer no Brasil, ou seja, maquia, fraudar o balanço do Estado para fugir às penas da lei. É um governo irresponsável que não tem nenhuma compromisso com a ética nem com a transparência.

A ilustre deputada Maria Luiza, representante de Salvador, mostrou hoje aqui desta tribuna o que a população de Salvador pensa a respeito deste governo que fraudar balanço. Ela, com a responsabilidade de representar esta capital, mostrou que, com este governo medíocre e incompetente que temos na Bahia, a Copa do Mundo

não será realizada aqui.

Pituaçu, que era para ser recuperado em 6 meses, levou mais de 1 ano. As obras custariam 21 milhões, mas terminaram em mais de 60 milhões. Imaginem a Fonte Nova – num governo que faz maquiagem de balanço, que não faz licitação –, sairá por mais de R\$ 2 bilhões!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Gilberto Brito pelos 2 minutos restantes. (Pausa) Perdão, deputado, V.Ex^a tem 5 minutos.

O Sr. Gilberto Brito:- Mesmo sabendo que V.Ex^a preside a sessão com absoluta isenção e com o mais alto espírito de justiça, certamente ainda tocado com a colocações do deputado Bacelar, sei que em parte V.Ex^a não admite, como todos nós não admitimos, quando o estimado colega João Carlos Bacelar tece...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado Gilberto, V.Ex^a solicitou uma questão de ordem ou vai usar os 5 minutos que tem direito?

O Sr. Gilberto Brito:- Eu ia tentar dizer a V.Ex^a que não tenho somente 2 minutos...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Já reconheci isso e peço desculpas a V.Ex^a. Há um próximo orador inscrito, que pode querer usar a palavra por 1 ou 2 minutos restantes.

V.Ex^a tem 5 minutos para fazer as ponderação que achar convenientes.

O Sr. Gilberto Brito:- Está bem, deputado. Reservo-me para fazer alguma ponderação posteriormente, quando um outro colega for usar a tribuna.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra a nobre deputado Eliana Boaventura pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Paulo Azi:- Ela se inscreveu?

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Ela está inscrita, nobre deputado Paulo Azi.

A Sr^a ELIANA BOAVENTURA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, para mim é um prazer enorme estar aqui nesta tribuna. O deputado Fernando Torres e outros que me antecederam falaram sobre segurança pública, grande preocupação, não só nossa, deputado, como de todos que vivem hoje não apenas no Brasil. O que estamos vendo é o aumento das drogas tomando conta de toda a nação e também mundialmente.

Ouvi palestra e pude presenciar alguns delegados de polícia. Quando perguntaram na Câmara Municipal de Feira, ouvi toda a sua entrevista, na íntegra, se os senhores políticos sabiam onde ele ia prender quem roubava, quem matava, quem estava marginalizado? Foi uma pergunta muito interessante, porque ele deu endereços. Ele disse que não vai a casas de senhores de classes média e alta, mas à favela. Vai à favela para prender, aos lugares onde realmente a pobreza impera. Ele disse aos senhores políticos que se preocupassem, sim, com a segurança pública, mas

a preocupação bem maior era com o social, com a Justiça deste País, do Nordeste, da Bahia, com milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Houve até uma mudança depois do programa federal do presidente da República e também na Bahia. Mas é pouco, muito pouco para se mudar a questão da segurança pública.

Vimos aqui vários nomes e amigos, como Badiú, V.Ex^a aqui colocou, também sentimos demais a ausência do amigo, funcionário público que todos conheciam em Feira de Santana. Sabemos também, parte de algumas sugestões da própria polícia, que foi alguém conhecido que tirou a vida de Badiú.

Os últimos crimes em Feira de Santana nos deixam realmente atônitos, preocupados. Quero fazer a seguinte colocação a V.Ex^a também, a grande maioria desses crimes foi de mando. Crimes que a polícia não tem como coibir. Agora, sabemos de todas as dificuldades, mas temos aqui também, Srs. Deputados, o governador Jaques Wagner que vem dobrando, triplicando o número de viaturas, o número de policiais. Como V.Ex^a disse aqui que precisaria de 50 mil policiais na Bahia...

Quero dizer a V.Ex^a que, se formos requerer do governo aquilo que é preciso, vamos partir também para a área de medicina - deputado Heraldo Rocha sabe que é importante para todo o Brasil -, pois vivemos um déficit, isso não apenas na segurança pública.

Eu me preocupo, deputado Fernando Torres, não apenas com o problema de Feira de Santana, que é sério, grave, mas com a juventude, hoje, crianças, envolvidas com tóxicos e drogas. Usam a pobreza e a miséria para praticar os crimes. Queremos é ajudar a combatê-las. Para combatê-las, acredito em uma ação conjunta da sociedade e dos políticos, como um todo, não depende apenas de um governante,...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputada.

A Sr^a ELIANA BOAVENTURA:- Vou concluir, Sr. Presidente.

(...) depende de todos nós. Se nós nos dermos as mãos, se pudermos ajudar a combater o crime, combater tudo isso com amor no coração, vendo lá, na periferia, o que está acontecendo, levando a reivindicação ao prefeito municipal, para que ele possa ajudar, e ao governo do Estado, não com raiva e rancor, porque com raiva e rancor vamos fazer prosperar a raiva e o rancor, se começarmos a ver com outros olhos o que está acontecendo, vamos ver também...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, nobre deputada.

A Sr^a ELIANA BOAVENTURA:- Vou concluir, Sr. Presidente.

(...) que essa responsabilidade não é só do governador Jaques Wagner, essa responsabilidade é de todos nós, essa responsabilidade foi de governos passados, que queriam acertar, mas não conseguiram.

Lembro-me quantas vezes ficamos ouvindo aqui os deputados da Oposição falarem da criminalidade, da violência. É lógico que, às vezes, queríamos defender, mas não podíamos sequer defender.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputada, queira concluir.

A Sr^a ELIANA BOAVENTURA:- Então, da mesma forma, não é uma coisa de agora, de dois anos para cá, não. Nós vivemos a situação de violência há muitos e

muitos anos. Claro que agora muito mais crescentemente, porque, estamos vendo, as drogas estão tomando conta de toda a população.

Peço-lhe desculpas, Sr. Presidente, e muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado do PT, pelo tempo de até 25 minutos.

Não há orador.

O Sr. Gilberto Brito:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- Tendo em vista que o Grande Expediente...

(O deputado Paulo Azi se manifesta fora do microfone.)

O Sr. Gilberto Brito:- Estou sendo censurado pelo deputado Paulo Azi. Gostaria de que V.Ex^a fizesse uma ponderação ao deputado Paulo Azi, ele que sempre soube portar-se, haver-se como uma referência sem igual de elegância, de espírito democrático, de abertura e permissibilidade para que os outros também se manifestem.

Tendo em vista que, neste momento, o Grande Expediente é do PT e, ao que sei, o deputado Álvaro Gomes, segundo ele me disse, iria aproveitar o ensejo, mas, em razão de um compromisso extra, não pode estar aqui, neste momento, solicito a V.Ex^a que faça uma verificação de quórum, desde quando está um tanto quanto deserto o Plenário, para a continuidade da sessão, o que, sem dúvida alguma, possibilitará que, na próxima sessão, haja um debate pleno, uma abertura plena, uma troca de informações, de pensamentos e, sobretudo, de filosofia política de cada um. E o deputado José Nunes bem admite e bem cultua essa ação.

Então, solicito a V.Ex^a uma verificação de quórum para que haja, ou não, a continuidade da presente sessão.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do nobre deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, eu, realmente, fiquei espantado por esse pedido partir do deputado Gilberto Brito. E veja que o deputado Gilberto Brito é um dos mais presentes nesta Casa, e também o mais cobrador, Sr. Presidente. O deputado Gilberto Brito é o que mais cobra que este Poder efetivamente funcione, produza, trabalhe.

Então, não poderia ser diferente a minha reação, meu espanto ao ver o deputado Gilberto Brito atender à determinação da assessora Eliana e pedir que a

sessão seja encerrada. Lamento profundamente essa posição do deputado Gilberto Brito, que não faz jus ao belo discurso que faz diariamente no Plenário desta Casa. Portanto, faço esse registro, Sr. Presidente.

Ao mesmo tempo, entendo o porquê de o querido amigo, deputado Gilberto Brito, ter sido instado a fazer esse pedido de verificação de quórum. Afinal de contas, o governo, que não tem mais os seus Líderes no Plenário desta Casa, não tem como responder aos diversos questionamentos feitos pela população baiana, que está estarecida em razão dos fatos narrados pelo relator das contas de 2008 do governo do Estado. O governo, que se diz tão transparente, se mostra, verdadeiramente, um governo de uma caixa preta.

O secretário da Fazenda, tem evitado vir a esta Casa para cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Fomos surpreendidos, depois de receber um convite do presidente da Comissão de Finanças, porque o governo suspendeu a vinda do secretário da Fazenda a esta Casa, possivelmente para não ser questionado acerca dos dados que constam no parecer do Tribunal de Contas.

O governo que, efetivamente, fraudou o balanço de 2008 das contas do Estado da Bahia não sabe como responder aos questionamentos e tenta, de toda forma, constranger alguns membros do Tribunal de Contas na esperança de que os demais membros venham a aprovar as suas contas e, sendo aprovadas, ter o único discurso que lhe resta de que a posição do conselheiro relator foi isolada. Por mais que essas contas, Sr. Presidente, venham a ser...

O Sr. Gilberto Brito:- Sr. Presidente, zere o painel!

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado Gilberto, V.Ex^a pediu que eu assegurasse a sua palavra quando solicitou uma questão de ordem, mas é necessário que o deputado Paulo Azi conclua a questão de ordem dele.

O Sr. Gilberto Brito:- Não pedi que V.Ex^a assegurasse a minha palavra.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, quero que V.Ex^a restitua o meu tempo. O deputado Gilberto quer um aparte?

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado Paulo Azi, não é possível dar aparte numa questão de ordem, queira concluir, por gentileza a sua questão de ordem.

O Sr. Paulo Azi:- Sei disso, deputado Rogério, mas o deputado Gilberto ficou tão ouriçado que posso até, se for o caso, encerrar a minha questão de ordem.

Sr. Presidente, é lamentável que este governo, mais uma vez, demonstre à opinião pública que só tem discurso, mas não abre o debate e tem receio, neste momento, de mostrar o que efetivamente ocorreu com a sua contabilidade.

Verdadeiramente, não pode ser caracterizado como um governo transparente. O governo pode ser tudo, menos transparente. Este governo conquista um recorde mais uma vez. Ele vai ser denunciado amanhã, Sr. Presidente, ao Tribunal de Contas do Estado com a proposição de uma ação civil pública por descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Esta Lei é clara, no seu artigo 9º diz que a autoridade do Poder Executivo é obrigada a vir a este Poder até o último dia de maio para prestar contas do

quadrimestre. E o governo, com receio dos questionamentos da Oposição, foge, descumpre os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal.

É por isso, Sr. Presidente, que nos quatro cantos da Bahia só se diz uma coisa: *“Este é um governo que não trabalha.”* E o povo da Bahia a cada dia que passa sofre mais. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do nobre deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, o artigo...

O Sr. Gilberto Brito:- Sr. Presidente, o que foi pactuado nesta Casa é que se zere o painel para proceder à verificação de quórum.

O Sr. João Carlos Bacelar:- O artigo 73 da Lei de Responsabilidade Fiscal diz que as infrações dos dispositivos serão punidas segundo...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado João Carlos Bacelar, o deputado Gilberto Brito fez um questionamento e ele tem toda razão, de modo que V.Ex^a vai continuar sua fala, depois de se zerar o painel. Há necessidade disso.

O Sr. João Carlos Bacelar:-Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Solicito a assistência técnica que assim proceda, por gentileza, marcando 15 minutos.

O Sr. João Carlos Bacelar:- O deputado Elmar não faz parte nem da Bancada de Oposição nem da Bancada de Situação, mas fez uma questão de ordem sobre o mesmo tema da questão de ordem levantada pelo deputado Gilberto Brito.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Já solicitei que fosse zerado o painel e marcados os 15 minutos.

Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, o artigo 73 da Lei de Responsabilidade Fiscal diz: as infrações dos dispositivos desta lei serão punidas segundo o Decreto Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940, do Código Penal; a Lei 1.079 de 10 de abril de 1950, que trata dos crimes de responsabilidade dos agentes políticos da União e dos Estados; do Decreto Lei 201 de 27 de fevereiro de 1967 e da Lei 8429, de 2 de junho de 1992.

Pois bem. Sr. Presidente, isso mostra que um dos aspectos fundamentais da Lei de Responsabilidade Fiscal é estar ela suportada pela ameaça de dois tipos de punição: a institucional, em que o ente sofre as consequências da ação ou da inação de seus administradores, e a criminal, que tipifica o comportamento do gestor que venha afrontar os seus dispositivos.

A ausência do secretário da Fazenda, Sr. Presidente, amanhã na audiência da Comissão de Finanças, tipifica uma punição criminal do Sr. Secretário da Fazenda. A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê punição no seu artigo 73 para a ausência do secretário, e caso ele não venha estará sujeito a punições do Código Penal, da lei que trata dos crimes de responsabilidade dos agentes políticos da União e dos Estados, do Decreto Lei 201, que define os crimes de responsabilidade dos prefeitos e da Lei 8429, que trata dos casos de enriquecimento ilícito. O medo do Sr. Secretário de vir

aqui é um problema pessoal do Sr. Secretário. Agora, ele tem que vir aqui cumprir o que determina a legislação.

Sr. Presidente, o deputado que fez a questão de ordem não está ausente do Plenário, por isso peço que se restabeleça o quorum...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- O deputado encontra-se presente, deputado João Carlos Bacelar. Queira concluir a questão de ordem de V.Ex^a.

O Sr. João Carlos Bacelar:- O deputado Gilberto Brito estava há pouco ali, é que ele está tratando de um governo, que é invisível, e o deputado veio e ficou sentado aqui... Mas, para concluir minha questão de ordem, Sr. Presidente, é no sentido de chamar atenção para o fato de que se o Sr. Secretário da Fazenda não estiver presente amanhã na reunião da Comissão estará infringindo as disposições da lei de responsabilidade fiscal, mais especificamente o seu artigo 73.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do nobre deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, quero aproveitar para registrar a presença do nobre colega, competente, presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, deputado Luiz Augusto.

A lei de responsabilidade fiscal é muito clara quando impõe a presença do secretário da Fazenda na Assembleia Legislativa até o dia 30 de maio para, em audiência pública, apresentar a prestação de contas do quadrimestre de janeiro a abril; isso é uma imposição, deputado Gildásio, que nem por acordo de Liderança pode ser feita, porque acordo de Liderança é só para questão regimental. Se fosse um dispositivo do regimento da Assembleia, o acordo de liderança poderia suprimir isso, deputado Heraldo Rocha, mas é um dispositivo da lei de responsabilidade fiscal. Ponto.

Ponto 2; não precisa de quórum da Comissão de Finanças, porque é uma audiência pública, não é sessão ordinária da Comissão de finanças. Portanto, ultrapassado o prazo do dia 30, amanhã é uma data, uma gentileza que o deputado Luiz Augusto fez ao secretário e por entender que nós queremos discutir realmente a fase em que está o Estado.

Eu vou conversar um pouco com o presidente da Comissão de Finanças juntamente com os outros membros que se encontram aqui presentes, deputado Paulo Azi, deputado Misael Neto, deputado Gaban; estou aguardando a chegada do deputado Arthur que ficou de chegar às 16 horas para nos reunirmos com urgente necessidade. Se é que não foi esse o espírito, deputado Luiz Augusto, nós temos um vice-presidente na Comissão, senão não precisava ter vice-presidente. Nós temos um vice-presidente competente, que é o deputado Paulo Azi e está aí preparado para sabatar o secretário, doido, como diz ele aqui, para ouvir o secretário. Nós já mandamos fazer um levantamento do voto do conselheiro Pedro Lino e das ocorrências que tiveram de janeiro a abril, e mais do que se reaverificar a repetição de tudo quanto está exposto no relatório do Conselheiro Pedro Lino, mais coisas ainda, então nunca foi tão urgente a vinda do secretário da Fazenda.

Para a gente mostrar, inclusive ao TCE que vai votar no dia 16 as contas do governador, que nem que queiram iniciar, passar a mão na cabeça e ter um voto diferente de um voto técnico, conforme analisado pelo conselheiro relator das contas, estão a se repetir todos os procedimentos equivocados, todas as irregularidades, a questão do REDA, do aumento de contrato, do aumento de despesa, pior, uma das coisas que leva à rejeição de contas do governo atual é a questão do aumento do índice de despesa com funcionalismo, deputado Gildásio, e esse aumento se efetuou, foi de janeiro para cá. Agora foi que se acentuou isso, se já aumentou em relação a 2008, imagine agora, depois dos 25 projetos de planos, cargos e salários que nós aprovamos e a queda da receita.

Nós precisamos saber se eles fizeram, como nós estamos desconfiados que não foi feito. Até o relatório do Conselheiro Pedro Lino chama a atenção para isso; ele notificou o secretário de Administração e não recebeu a questão do impacto financeiro. Eles mandaram o plano de cargos e salários para cá sem a responsabilidade de analisar o impacto financeiro dessas medidas, e nós queremos saber agora se houve esse cálculo ou não; se já existe e qual é o impacto financeiro que vai haver de janeiro para cá com a aprovação desse plano de cargos e salários; se isso não vai refletir em função da receita, e queremos saber isso o mais urgente do secretário de Estado.

Então, o secretário disse bem para o deputado Paulo Azi, já incorreu em crime, ele vai estar ao meu ver agravando a sua situação, porque entendo que não é questão do presidente da Comissão de Finanças poder negociar com o secretário a data de ele vir, não. Nem por acordo de Lideranças pode. Estão aqui os meus colegas que são regimentalistas, o deputado Gaban, que vai falar e já foi presidente desta Casa. Só cabe acordo de Lideranças em questão regimental...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir a questão de ordem de V. Ex^a.

O Sr. Elmar Nascimento:- Dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, não cabe acordo de Lideranças. Tem que ser cumprido se for arguido por qualquer deputado. Portanto, eu quero dizer que estarei aqui presente amanhã, no horário marcado. Não precisa de quórum para participar da audiência pública com o secretário da Fazenda.

Enviarei expediente ao Ministério Público junto com os colegas que se dispuserem a isso, dando conta de que o secretário já cometeu improbidade administrativa ao impedir a fiscalização por parte dos deputados da Comissão de Finanças do Poder Legislativo do estado da Bahia.

É esta a questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:-Meu caro presidente, eu diria a V.Ex^a - já que usei da palavra hoje fazendo uma série de argumentações, e os deputados Heraldo Rocha, Elmar Nascimento, João Carlos Bacelar, além de vários outros que me antecederam, já fizeram isso também - que para mim está tipificado, como foi bem colocado, o crime

previsto no art. 73 da lei complementar. Serão punidos de acordo com o Código Penal, enfim, decreto lei 2.848 e outras penalidades.

Mas o mais importante neste momento é a punição ao secretário Carlos Martins, que já está definida. Uma penalidade criminal. Que V.Ex^a como presidente desta Casa, após constar, se assim julgar necessário, a assessoria de Dr. Carlos, que é um experiente e competente auxiliar da Mesa Diretora, interprete o que já foi colocado por nós.

Colocamos o que é previsto em lei. Entendo que estamos exigindo que se cumpra o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, que a apresentação do relatório deve ser feita a cada quadrimestre. Após 30 dias passados do quadrimestre, o relatório deve ser apresentado nesta Casa em audiência pública e considerando-se que audiência pública não tem necessidade de verificação de quórum. Mesmo na ausência, que lamentamos mais uma vez, desse competente presidente da nossa comissão de Fiscalização, Finanças e Orçamento, que a Casa não venha a participar de um ato ilegal ao cancelar uma audiência pública sem necessidade. A lei exige a apresentação do relatório.

Então gostaria que o senhor, ao interpretar que deve ser cumprida a Lei de Responsabilidade Fiscal, comunique, como presidente em exercício desta sessão, ao secretário Carlos Martins, se essa for a decisão de V.Ex^a, que está mantida a audiência pública de amanhã, por conta do que determina a LRF.

Logo, solicito-lhe que dê o entendimento que julgar conveniente e necessário para o cumprimento dessa lei para que, como presidente em exercício, faça uma comunicação ao secretário da Fazenda, Carlos Martins, para que mesmo tardiamente, já que ele não cumpriu o prazo previsto, venha para cumprir com sua obrigação. E a Casa não tenha a conivência de respaldar um ato irregular, pois já está colocado no art. 73 que ele deveria fazer essa apresentação até o último dia 30 de maio. Ele fez apenas a publicação. Agora está querendo postergar a vinda dele.

Portanto, solicito de V.Ex^a essa interpretação para que concordando com ela, pois é o que define a Lei de Responsabilidade Fiscal, tome as providências necessárias o mais rápido possível, já que essa sessão parece que vai concluir que o governo, numa medida estapafúrdia... Eu diria, Sr. Presidente, que antes até havia algumas pessoas que diziam que carlistas não pensam, obedecem. Mas agora os membros da Bancada do governo não pensam, não raciocinam. Cumprem as ordens de assessoras, sempre colocadas na sala do cafezinho, 3 ou 4, para fiscalizar, punir, cobrar posições de uma Bancada de 48 parlamentares. Mas que não têm conseguido. Elas não estão satisfeitas com as ações do governo Wagner, que não está cumprindo com suas obrigações. Mas são patrulhadas e recebem aqui esta Bancada, a presença constante de assessores que vêm cobrar posicionamento da Bancada.

Portanto solicito, Sr. Presidente, a interpretação de V.Ex^a, que é uma interpretação muito clara da lei, para que aí, entendendo, tome as providências nesse sentido, informando ao secretário Carlos Martins, ainda nesta tarde, como vice-presidente e presidente em exercício no momento, de audiência que está marcada para amanhã, e não poderia ser diferente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado Gaban, com relação a... Deputado Gilberto Brito, não há mais tempo, os 15 minutos chegaram ao fim. Não há mais tempo para V.Ex^a falar, deputado Gilberto! O tempo já terminou, os 15 minutos foram cronometrados. Eu posso... Respondendo ao deputado Gaban, quero dizer-lhe que, com relação à necessidade de quórum para a realização de audiência pública, não há nenhuma dúvida de que não há essa necessidade. Ou seja, a audiência pública pode acontecer independentemente de quórum.

O Sr. Gilberto Brito:- Preciso falar. Por favor, presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- O mais, com relação à questão de ordem de V.Ex^a no que se refere ao comunicado ao secretário da Fazenda do Estado da Bahia, como bem disse V.Ex^a, eu irei analisar e tomarei a decisão se acatarei ou não a questão de ordem de V.Ex^a.

Havendo apenas a presença de 15 Srs. Deputados, não havendo, portanto, número legal para a continuidade da presente sessão, declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*